GEO FRONTER
ISSN: 2447-9195

A ESPECIALIZAÇÃO DA PIRATARIA FLUVIAL CONTEMPORÂNEA NO AMAZONAS

The specialization of contemporary river piracy in the amazon

La especialización de la piratería fluvial contemporánea en el amazonas

José Nascimento
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Resumo: A pirataria fluvial contemporânea no estado do Amazonas constitui um fenômeno associado às transformações das dinâmicas criminais, territoriais e logísticas que caracterizam a região amazônica. Este estudo tem como objetivo compreender a estruturação e a especialização da pirataria fluvial no Amazonas, considerando diferentes modalidades de atuação e suas interconexões com redes do crime organizado e com as rotas do narcotráfico. Fundamentado em contribuições da Segurança Pública, da sociologia do crime e da geografia humana, o estudo adota abordagem qualitativa, de caráter analítico-interpretativo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de estudos, relatórios, registros institucionais e outras fontes relacionadas à criminalidade fluvial, às organizações criminosas e às redes ilícitas na Amazônia. A análise permitiu sistematizar a pirataria contemporânea em três modalidades de atuação - baixo, médio e alto porte - diferenciadas segundo níveis de organização, capacidade operacional, recursos empregados e formas de inserção nas atividades criminosas. Os resultados indicam que determinadas modalidades de pirataria apresentam conexões com a circulação de drogas e com estruturas organizadas que operam nas hidrovias amazônicas, evidenciando processos de diversificação e especialização das práticas ilícitas. Conclui-se que a compreensão da pirataria fluvial requer sua análise articulada às características territoriais da Amazônia, às redes logísticas do crime organizado e às limitações das ações de fiscalização e segurança pública na extensa malha hidroviária regional.
Palavras-chave: Pirataria fluvial; Crime organizado; Narcotráfico; Amazônia; Segurança Pública.

Abstract: Contemporary river piracy in the state of Amazonas constitutes a phenomenon associated with transformations in criminal, territorial, and logistical dynamics that characterize the Amazon region. This study aims to understand the structuring and specialization of river piracy in Amazonas, considering different forms of criminal activity and their interconnections with organized crime networks and drug-trafficking routes. Grounded in contributions from Public Security, the sociology of crime, and human geography, the study adopts a qualitative, analytical-interpretive approach based on a bibliographic review and documentary analysis of studies, reports, institutional records, and other sources related to riverine crime, criminal organizations, and illicit networks in the Amazon. The analysis made it possible to systematize contemporary piracy into three forms of activity - low-, medium-, and high-scale - differentiated according to levels

© 2026 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Brasil. Todos os direitos reservados.
ISSN: 2447-9195. Geofronter, Campo Grande, v. 16, p. 01-27, e104427.

of organization, operational capacity, resources employed, and forms of involvement in criminal activities. The results indicate that certain forms of piracy are connected to drug circulation and to organized structures operating along Amazonian waterways, revealing processes of diversification and specialization of illicit practices. It is concluded that understanding river piracy requires an analysis articulated with the territorial characteristics of the Amazon, the logistical networks of organized crime, and the limitations of law enforcement and public security actions across the region's extensive river network.
Keywords: River piracy; Organized crime; Drug trafficking; Amazon; Public Security.

Resumen: La piratería fluvial contemporánea en el estado de Amazonas constituye un fenómeno asociado a las transformaciones de las dinámicas criminales, territoriales y logísticas que caracterizan la región amazónica. Este estudio tiene como objetivo comprender la estructuración y especialización de la piratería fluvial en Amazonas, considerando diferentes modalidades de actuación y sus interconexiones con redes del crimen organizado y con las rutas del narcotráfico. Fundamentado en aportes de la Seguridad Pública, la sociología del delito y la geografía humana, el estudio adopta un enfoque cualitativo, de carácter analítico-interpretativo, desarrollado mediante revisión bibliográfica y análisis documental de estudios, informes, registros institucionales y otras fuentes relacionadas con la criminalidad fluvial, las organizaciones criminales y las redes ilícitas en la Amazonía. El análisis permitió sistematizar la piratería contemporánea en tres modalidades de actuación - bajo, medio y alto porte - diferenciadas según los niveles de organización, capacidad operativa, recursos empleados y formas de inserción en actividades delictivas. Los resultados indican que determinadas modalidades de piratería presentan conexiones con la circulación de drogas y con estructuras organizadas que operan en las vías fluviales amazónicas, evidenciando procesos de diversificación y especialización de las prácticas ilícitas. Se concluye que la comprensión de la piratería fluvial requiere su análisis articulado con las características territoriales de la Amazonía, las redes logísticas del crimen organizado y las limitaciones de las acciones de fiscalización y seguridad pública en la extensa red hidrográfica regional.
Palabras clave: Piratería fluvial; Crimen organizado; Narcotráfico; Amazonía; Seguridad Pública.

Introdução

A pirataria fluvial contemporânea no estado do Amazonas constitui um fenômeno complexo, cuja compreensão exige considerar as transformações nas práticas criminosas e nas formas de organização das atividades ilícitas desenvolvidas no território amazônico. Diferentemente de representações centradas na atuação isolada de indivíduos, a literatura e os registros institucionais utilizados neste estudo indicam a existência de modalidades de pirataria associadas a diferentes níveis de organização, capacidade operacional e inserção em redes criminosas. Nesse contexto, a extensa malha hidroviária do Amazonas assume relevância não apenas para a circulação de pessoas e mercadorias, mas também para a dinâmica de atividades ilícitas, incluindo aquelas relacionadas ao tráfico de drogas e a outras formas de criminalidade.

A análise da pirataria fluvial torna-se particularmente relevante diante das características territoriais do estado do Amazonas, marcado por grandes distâncias, elevada dependência do transporte hidroviário e dificuldades de fiscalização decorrentes da extensão e da complexidade de sua rede de rios, lagos, paranás, furos e igarapés. Essas condições não determinam, por si mesmas, a ocorrência de práticas criminosas, mas podem produzir condições territoriais que dificultam o monitoramento e a atuação dos órgãos de segurança pública, especialmente em áreas de circulação intensa e baixa presença institucional.

Nesse cenário, a pirataria fluvial não deve ser compreendida exclusivamente como uma modalidade de roubo ou abordagem de embarcações, mas como uma prática que pode assumir diferentes formas de organização e estabelecer conexões com outras atividades ilícitas. Estudos sobre a criminalidade na Amazônia têm evidenciado a presença e a expansão de organizações criminosas em diferentes municípios e sua atuação relacionada ao controle territorial, à circulação de drogas e à estruturação de redes logísticas ilícitas.

A partir dessa perspectiva, este artigo tem como objetivo compreender como se estrutura e se diferencia a pirataria fluvial no estado do Amazonas, destacando três modalidades de atuação - baixo, médio e alto porte - e suas possíveis interconexões com as dinâmicas territoriais e criminais contemporâneas. Busca-se, portanto, analisar de que maneira diferentes níveis de organização, recursos empregados, capacidade operacional e formas de inserção em atividades ilícitas contribuem para a especialização das práticas de pirataria fluvial.

O problema de pesquisa consiste em compreender de que modo a pirataria fluvial contemporânea se configura como uma prática criminal adaptada às condições territoriais e às transformações das redes ilícitas presentes na Amazônia. Parte-se da hipótese analítica de que as diferentes modalidades de pirataria não apresentam necessariamente o mesmo grau de

organização ou finalidade, podendo assumir funções distintas dentro de um contexto criminal mais amplo.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão da pirataria fluvial para além de uma manifestação criminosa isolada, considerando suas relações com outras atividades ilícitas e com as características territoriais da Amazônia. Essa abordagem permite discutir a atuação de diferentes agentes, os mecanismos de circulação e logística utilizados nas hidrovias e os desafios impostos aos órgãos responsáveis pela segurança pública e pela fiscalização territorial.

Do ponto de vista teórico, o estudo articula contribuições da Segurança Pública, da sociologia do crime e da geografia humana, buscando compreender a relação entre práticas criminosas, organização territorial e circulação de atividades ilícitas usando os rios como rotas. A perspectiva territorial é particularmente relevante para a análise de uma região em que os rios desempenham papel central na articulação entre municípios, comunidades, áreas de fronteira e mercados regionais.

A pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque analítico-interpretativo e orientação indutiva. Foram utilizadas revisão bibliográfica e análise documental, contemplando estudos acadêmicos, relatórios, registros institucionais, notícias e outras fontes relacionadas à criminalidade no modal fluvial, às organizações criminosas, ao tráfico de drogas e às dinâmicas territoriais amazônicas. O corpus teórico reúne contribuições das áreas de Segurança Pública, sociologia do crime e geografia humana. As informações selecionadas foram sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo, buscando identificar elementos recorrentes relacionados às formas de organização, aos recursos empregados, às funções desempenhadas e às conexões estabelecidas pelas diferentes modalidades de pirataria fluvial.

A partir desse procedimento, o artigo organiza a discussão em torno dos fatores históricos relacionados à emergência da pirataria contemporânea, da expansão das organizações criminosas e das transformações nas práticas de atuação dos piratas fluviais. Em seguida, são analisadas as diferentes modalidades identificadas no estudo e suas relações com as rotas fluviais utilizadas para o tráfico de drogas. Por fim, discutem-se as implicações desses processos para a segurança pública e para a compreensão das dinâmicas criminais no território amazônico.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza analítico-interpretativa, orientada pelo método indutivo. Essa abordagem decorre do objetivo de compreender a

especialização da pirataria fluvial contemporânea no estado do Amazonas a partir de suas características de organização, modos de atuação e relações com outras dinâmicas criminais presentes no território amazônico. A investigação não pretende mensurar estatisticamente a incidência da pirataria, mas interpretar informações de diferentes fontes e identificar elementos recorrentes que permitam compreender suas modalidades de atuação.

O estudo foi desenvolvido mediante revisão bibliográfica e análise documental. A revisão concentrou-se em produções acadêmicas relacionadas à criminalidade, segurança pública, crime organizado, geografia humana e dinâmicas territoriais amazônicas. A análise documental contemplou relatórios, registros institucionais, dados estatísticos, documentos de órgãos públicos, notícias e estudos sobre criminalidade fluvial, tráfico de drogas, organizações criminosas e condições de segurança nas hidrovias amazônicas.

O corpus foi constituído por materiais diretamente relacionados ao objeto da pesquisa, priorizando fontes que apresentassem informações sobre: a) ocorrência e características da pirataria fluvial no Amazonas; b) formas de organização e atuação dos grupos envolvidos; c) utilização das hidrovias para atividades ilícitas; d) presença e expansão de organizações criminosas na região; e) circulação de drogas e configuração das rotas fluviais; e f) atuação dos órgãos de segurança pública e fiscalização. Foram privilegiadas fontes acadêmicas e institucionais, complementadas por registros jornalísticos e documentais para contextualização e triangulação das informações.

O procedimento analítico desenvolveu-se em três movimentos articulados: identificação e sistematização das informações, considerando agentes envolvidos, recursos utilizados, formas de abordagem, capacidade operacional, área de atuação e relações com outras atividades ilícitas; comparação e agrupamento desses elementos segundo características recorrentes; e interpretação dos padrões identificados à luz das contribuições teóricas mobilizadas, relacionando criminalidade, território, circulação fluvial e organização das atividades ilícitas.

Para a interpretação do material, empregou-se a análise de conteúdo como procedimento de sistematização e interpretação dos elementos recorrentes nas fontes examinadas. A análise buscou ultrapassar a descrição das informações, relacionando-as às condições territoriais e às transformações nas formas de organização da criminalidade no Amazonas. Foram consideradas categorias analíticas relacionadas ao grau de organização, capacidade operacional, recursos empregados, abrangência territorial, finalidade das ações e articulação com outras atividades criminosas.

A partir da recorrência desses elementos, estabeleceu-se uma categorização analítica da pirataria fluvial contemporânea em três modalidades: baixo, médio e alto porte. Essa

classificação não corresponde a uma tipologia jurídica ou oficial dos órgãos de segurança pública, mas a uma construção analítica proposta neste estudo, segundo nível de organização, capacidade operacional, recursos empregados e grau de articulação com estruturas criminosas mais amplas. O baixo porte corresponde a formas predominantemente locais e de menor capacidade operacional; o médio porte apresenta maior estrutura e organização; e o alto porte corresponde às modalidades com maior capacidade logística e indícios de vinculação a serviços ou atividades específicas de organizações criminosas.

A análise incorporou ainda informações estatísticas e cartográficas sobre circulação e apreensões de drogas e representações das rotas fluviais utilizadas para atividades ilícitas. Esses dados foram empregados para contextualização e interpretação das dinâmicas criminais, sem considerar os registros de apreensão, isoladamente, como medida direta do fluxo efetivo de drogas, uma vez que representam a atividade identificada pelos órgãos de segurança e não necessariamente a totalidade das cargas ou deslocamentos realizados pelas redes criminosas.

As relações entre pirataria fluvial, organizações criminosas e tráfico de drogas foram interpretadas a partir da convergência das evidências encontradas. Quando os dados não permitem estabelecer relação causal direta, foram utilizadas formulações que expressam associação, recorrência ou indícios de articulação, evitando atribuir causalidade exclusivamente a partir de correlações documentais ou estatísticas.

Por fim, reconhece-se como limitação metodológica a predominância de fontes bibliográficas e documentais, sem entrevistas ou observação direta junto aos agentes envolvidos ou às populações afetadas. As conclusões estão, portanto, circunscritas às informações disponíveis nas fontes selecionadas e à interpretação realizada. Essa delimitação não inviabiliza a análise, mas indica a necessidade de pesquisas posteriores que complementem os resultados mediante procedimentos empíricos de campo.

Fatores históricos relevantes para o surgimento da pirataria contemporânea

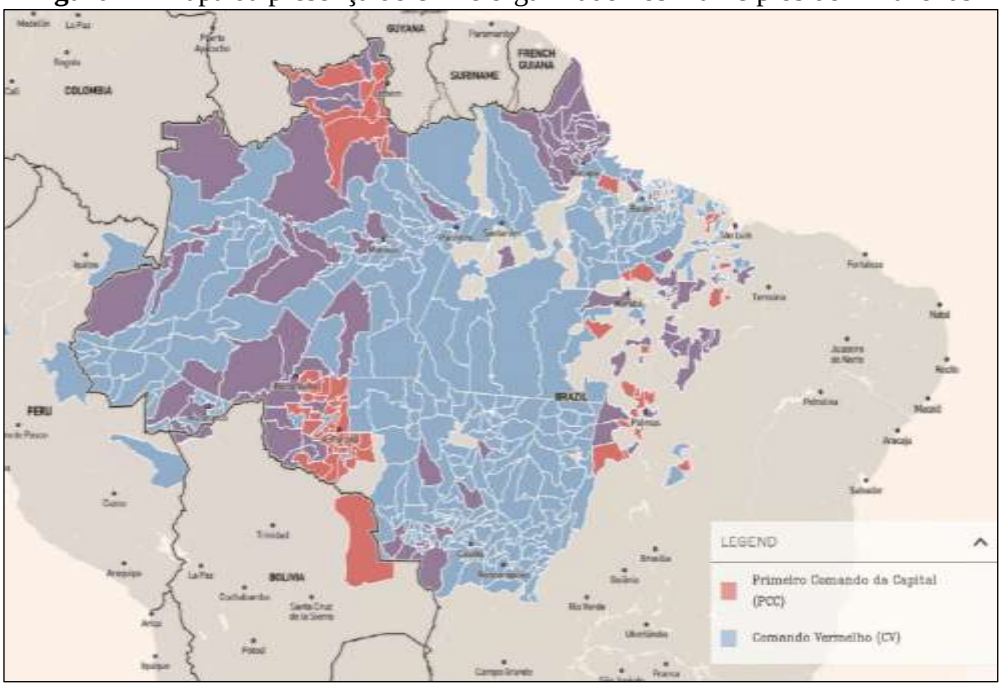
Para compreender as transformações observadas na criminalidade fluvial no estado do Amazonas, é necessário considerar o processo de expansão e interiorização das organizações criminosas na Amazônia e sua relação com as características territoriais da região. As hidrovias desempenham papel central na circulação de pessoas, mercadorias e produtos ilícitos, especialmente em razão da extensa rede hidrográfica e da limitada disponibilidade de conexões terrestres em diversas áreas do estado. Nesse contexto, as hidrovias se tornam os principais meios de transporte e servem de rotas por onde os narcotraficantes e os piratas escoam a droga produzida nos países andinos que fazem fronteira com o Amazonas, no caso, Peru e Colômbia,

os maiores produtores de cocaína e maconha do mundo (PIMENTA & OLIVEIRA, 2019; ONU, 2024).

O estado do Amazonas, entretanto, não deve ser compreendido exclusivamente como território de passagem de drogas. A expansão das atividades relacionadas ao narcotráfico também está associada à formação e ao fortalecimento de mercados consumidores locais, especialmente em municípios do interior. A presença de organizações criminosas nesses espaços produz transformações nas relações econômicas e sociais relacionadas às atividades ilícitas, contribuindo para a reorganização das redes de comercialização e distribuição de drogas.

Nesse processo, a presença de organizações criminosas de diferentes escalas adquiriu relevância para a configuração das dinâmicas criminais amazônicas. Dados apresentados por Barbosa *et al*. (2025) indicam a presença de organizações criminosas em diferentes municípios da região amazônica, incluindo áreas do estado do Amazonas. A distribuição territorial apresentada pelos autores evidencia a expansão de grupos vinculados ao Comando Vermelho (CV) e ao Primeiro Comando da Capital (PCC), além da atuação de organizações de abrangência regional.

Figura 1 - Mapa da presença do crime organizado nos municípios do Amazonas



Fonte: Barbosa *et al.* (2025).

Segundo Barbosa *et al.* (2025), foram identificados grupos ligados ao CV e ao PCC em 71% dos municípios amazônicos analisados (Figura 1). No Amazonas, essa expansão deve ser

compreendida em conjunto com a atuação de organizações criminosas locais e regionais, que desempenharam papel relevante na estruturação das atividades ilícitas relacionadas ao território e às rotas de circulação de drogas.

Com menor expressividade, mas não menos relevância, destacam-se o Cartel do Norte (CDN), os Revolucionários do Amazonas (RDA) e os Crias no Vale do Javari, sendo esta última facção especializada na integração logística ilícita internacional, atuando na transposição de fronteiras com carregamentos de drogas. Todas reproduzem os vínculos e inspirações do Comando Vermelho (CV-RJ) e do Primeiro Comando da Capital (PCC-SP), assim relata a Cartografia da Violência (2023), como segue:

> Com isso, emergem na região facções com interesse de controlar as principais rotas do narcotráfico. No Pará, em 2007, houve a iniciativa de criação do Primeiro Comando do Norte (PCN), que acabou fracassando por conta da prisão dos líderes da organização que estava a se iniciar. No mesmo ano foi criada a Família do Norte (FDN) no estado do Amazonas, que se tornou a terceira maior facção criminosa do Brasil neste período, ficando atrás apenas do CV e do PCC (FBSP, 2023, p. 69).

Em períodos anteriores, o controle das redes de narcotráfico na região era exercido predominantemente por facções de atuação regional e local, sob a liderança da Família do Norte (FDN), constituída no Amazonas em 2007. Em razão do conhecimento sobre a região, da origem local de seus integrantes e do domínio do espaço e da geografia regional, esses agentes atuavam como intermediários no tráfico de entorpecentes no estado do Amazonas, controlando o circuito de escoamento das drogas, principalmente aquelas provenientes da Colômbia e do Peru, por meio das vias fluviais. Para assegurar o êxito das atividades ilícitas, a FDN mantinha parcerias com cartéis colombianos e facções peruanas, articulação que as organizações criminosas do Sudeste não conseguiam estabelecer, principalmente em razão da distância e da ausência de domínio geográfico da região.

Entretanto, a reconfiguração desse cenário ocorreu em 2016, com o rompimento do pacto de paz e cooperação estabelecido no Brasil entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), aliança que perdurou por quase duas décadas. No mesmo ano, o PCC assumiu o assassinato de Jorge Rafaat, conhecido como “rei da fronteira”, na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, situada na fronteira com o Brasil. Rafaat era um traficante que mediava o fornecimento de entorpecentes às duas facções por meio da fronteira da região Centro-Oeste do país. Com sua morte, o PCC assumiu o controle daquela área, fato que representou o marco para o início da guerra entre as duas maiores facções nacionais, PCC e CV

(FBSP, 2023, p. 69). Esses acontecimentos foram amplamente divulgados pela imprensa nacional e internacional.

Com o rompimento da cooperação entre as facções no Centro-Oeste brasileiro, o Comando Vermelho (CV) viu-se diante da necessidade de buscar novos fornecedores de entorpecentes, estabelecendo novas rotas de circulação de drogas e firmando novas alianças faccionais. Nesse contexto, a Amazônia passou a configurar-se como uma região de elevada importância estratégica para o CV. Ainda em 2016, a Família do Norte (FDN) e o CV formalizaram uma aliança que possibilitou à facção carioca o acesso à Região Norte, conferindo hegemonia ao crime organizado local.

Cabe destacar, ainda, que esse processo influenciou o comportamento dos criminosos faccionados na Amazônia, que passaram a ter acesso a armamentos de maior poder de fogo, como fuzis, e a adotar padrões mais violentos em suas ações contra as vítimas. Conforme observa Queiroz (2023a, p. 10.149), trata-se de um processo de uso do território marginal caracterizado pela sistematização da violência e pelo descontrole da criminalidade fluvial, vejamos:

> Contudo, os caboclos que efetuam ações criminosas em águas fluviais acabam por realizar uma adequação dos crimes do mar para o ambiente amazônico, cometendo práticas penais análogas com requintes de perversidades (Queiroz, 2023b, p. 578).

Em ato contínuo, observou-se a expansão de facções criminosas oriundas da região Sudeste, processo que implicou o fortalecimento e a reestruturação dos grupos criminosos locais (FBSP, 2023, p. 11), inclusive com reflexos no sistema prisional, a partir do qual partiam ordens relacionadas ao tráfico de drogas, aspecto que não será aprofundado nesta pesquisa.

Com a ruptura da aliança com o Comando Vermelho (CV) e o declínio da facção local Família do Norte (FDN), em 2018 (FBSP, 2023, p. 69), cujos reais motivos permanecem obscuros até os dias atuais, o CV consolidou sua soberania na Região Norte do país. Diante desse novo cenário, o Primeiro Comando da Capital (PCC) intensificou suas operações criminosas na região, agora sem a intermediação da FDN, o que resultou em disputas acirradas pelo controle e pela distribuição do tráfico transnacional de drogas. Essas disputas abrangem desde a origem dos entorpecentes nas fronteiras com os principais países produtores até o controle da logística necessária às atividades ilícitas, resultando em expressivo aumento da violência e da criminalidade na região.

Ressalta-se que o estado do Amazonas, em razão de sua posição estratégica e de sua extensa malha hidrográfica, tornou-se o principal palco do confronto entre as duas facções do

Sudeste, que passaram a disputar o controle de parte do tráfico internacional. Aquele que domina o território, consequentemente, assume também o papel de principal negociador com as facções produtoras de drogas, como as peruanas Clã-Chuquizuta, Comando de Las Fronteiras e Los Quispe-Palomino, e as colombianas Dissidências das FARC (Frentes Armando Ríos), Carolina Ramírez e Segunda Marquetalia (FBSP, 2023, p. 75). Essa conjuntura tem exigido um esforço redobrado das forças de segurança pública, refletindo-se nas crescentes apreensões de entorpecentes na região.

A vulnerabilidade territorial da região favorece o surgimento de diferentes modalidades de crimes nas águas amazônicas, em um contexto marcado por restrições no policiamento e na infraestrutura. Nesse cenário, evidenciam-se os riscos enfrentados por aqueles que transitam pelas vias fluviais, incluindo comerciantes, moradores ribeirinhos e profissionais da navegação, que se encontram expostos à atuação de agentes criminosos que se utilizam de atalhos e rotas fluviais, como narcotraficantes, contrabandistas, garimpeiros ilegais, aliciadores infantis, traficantes de pessoas e, sobretudo, piratas fluviais, figura central desse ambiente criminoso e objeto de análise deste estudo.

Diante desse contexto, torna-se necessário compreender as diferentes formas de atuação dos piratas fluviais e os distintos níveis de organização que caracterizam suas práticas. Nesse sentido, a próxima seção apresenta a categorização da pirataria contemporânea, buscando sistematizar suas diferentes modalidades de atuação.

A categorização da pirataria contemporânea

A pirataria fluvial contemporânea configura-se como um fenômeno sociocriminal complexo e multiescalar, cujas formas de atuação apresentam diferentes níveis de organização, capacidade operacional, recursos empregados e articulação com outras atividades ilícitas. Sua ocorrência está relacionada às condições territoriais, socioeconômicas e institucionais presentes em diferentes áreas da Amazônia, especialmente em espaços caracterizados pela extensa rede hidrográfica e por dificuldades de fiscalização e monitoramento.

Neste estudo, a categorização da pirataria fluvial em baixo, médio e alto porte constitui uma construção analítica elaborada a partir dos elementos recorrentes identificados na literatura e nos documentos examinados. Não se trata, portanto, de uma classificação jurídica ou de uma tipologia oficial adotada pelos órgãos de segurança pública. As categorias são utilizadas para diferenciar modalidades de atuação segundo aspectos como abrangência territorial, grau de organização, capacidade operacional, recursos empregados, características das embarcações, formas de atuação e nível de articulação com outras estruturas criminosas.

A classificação proposta permite compreender que a pirataria fluvial não apresenta uma forma única de organização. As modalidades identificadas podem variar desde ações de alcance predominantemente local, realizadas com recursos limitados e conhecimento específico das áreas de navegação, até operações dotadas de maior capacidade logística e vinculadas a atividades criminosas mais amplas. A seguir, são apresentadas as características de cada modalidade.

a) Pirata fluvial de baixo porte

A pirataria fluvial de baixo porte caracteriza-se, em termos analíticos, por ações de alcance predominantemente local, realizadas por indivíduos ou pequenos grupos que apresentam capacidade operacional limitada quando comparados às demais modalidades. Na literatura consultada, esses agentes são associados ao conhecimento das áreas de navegação próximas às comunidades em que vivem, utilizando embarcações de pequeno porte e recursos compatíveis com operações de curta distância.

Queiroz (2024, p. 8) denomina parte desses indivíduos como “piratas-caboclos”, destacando seu conhecimento dos igarapés, furos, paranás e rios de menor porte. Esse conhecimento territorial constitui um recurso operacional importante, pois permite a circulação por áreas de difícil acesso e a utilização de diferentes pontos para abordagem, deslocamento e fuga.

As ações atribuídas a essa modalidade concentram-se, principalmente, em furtos e roubos de bens transportáveis, podendo envolver motores, combustível, mercadorias, equipamentos e, em determinadas situações, drogas ou armas. A capacidade de atuação é condicionada pelas características das embarcações utilizadas e pelo conhecimento das condições locais de navegação.

Em geral, os agentes associados a essa modalidade utilizam embarcações próprias ou de pequeno porte, como canoas equipadas com motores de baixa potência, incluindo o denominado “motor rabeta”. Os registros analisados também apontam a utilização de armas brancas ou armas de fogo de menor capacidade ofensiva em determinadas ocorrências.

Souza (2018, p. 156), ao tratar do perfil dos envolvidos na pirataria amazônica, identifica a presença de homens jovens relacionados profissional ou cotidianamente às atividades fluviais, incluindo canoeiros, catraieiros, pescadores, atravessadores, fluviários e tripulantes de embarcações. Essa proximidade com as atividades e os espaços de navegação pode proporcionar conhecimento específico das rotas, dos horários de circulação e das características das comunidades e dos rios.

As condições territoriais e socioeconômicas constituem elementos importantes para a compreensão dessa modalidade, mas não devem ser interpretadas como causas automáticas da prática criminosa. Situações de vulnerabilidade, limitações de oportunidades econômicas e baixa presença institucional podem compor o contexto no qual determinadas práticas ilícitas ocorrem, sem que isso permita estabelecer uma relação causal direta entre pobreza, ausência estatal e criminalidade.

Assim, a principal característica analítica da pirataria de baixo porte é a combinação entre atuação predominantemente local, recursos operacionais limitados e forte conhecimento do território fluvial.

b) Pirata fluvial de médio porte

A pirataria fluvial de médio porte apresenta maior estrutura operacional e grau de organização em comparação à modalidade de baixo porte. Nessa categoria, as ações podem envolver grupos com divisão mais definida de tarefas, maior capacidade de deslocamento e utilização de embarcações e equipamentos que permitem operações em áreas mais extensas da rede hidrográfica. Queiroz (2023a, pág. 1.136) indica a possível atuação de financiadores ou receptadores que fornecem recursos e apoio logístico a este grupo de piratas envolvidos nos crimes fluviais.

Os agentes inseridos nessa modalidade podem apresentar experiência profissional ou conhecimento especializado da navegação, o que favorece a realização de deslocamentos por diferentes rios, lagos, paranás e demais ambientes fluviais. A capacidade de operar em áreas mais amplas amplia as possibilidades de abordagem e fuga e reduz a dependência de uma única área de atuação.

A diferenciação em relação ao baixo porte também pode ser observada nos recursos utilizados. Embarcações com maior capacidade de carga e motores mais potentes possibilitam deslocamentos mais rápidos e operações em distâncias superiores. A organização das ações tende a envolver planejamento prévio, escolha de rotas e definição de funções entre os participantes.

Alguns agentes vinculados a essa categoria podem apresentar conexões com organizações criminosas ou com redes de atividades ilícitas. Vaz (2019, p. 10) observa que, no contexto do crime organizado transnacional, são recorrentes atividades como narcotráfico, tráfico de armas, contrabando, pirataria, pesca ilegal, exploração ilegal de recursos naturais e outras práticas criminosas. Essa diversidade demonstra que a pirataria pode estabelecer relações

com diferentes mercados ilícitos, embora a existência de uma dessas atividades não implique, por si só, que todos os grupos de piratas estejam vinculados a organizações criminosas.

A malha hidrográfica amazônica assume importância operacional nesse contexto. Lagos, paranás, furos, ilhas e igarapés podem constituir espaços utilizados para deslocamento, ocultação e fuga, ao mesmo tempo em que representam áreas de difícil monitoramento para as instituições responsáveis pela fiscalização. Souza (2018, p. 159) destaca a importância da rede fluvial para as ações de abordagem, fuga, desvio e ocultação, seja de seus entes, da própria embarcação ou ilícitos.

Desse modo, a pirataria de médio porte pode ser caracterizada pela combinação de maior capacidade operacional, ampliação do espaço de atuação, utilização de recursos mais robustos e maior grau de planejamento e organização em comparação à modalidade de baixo porte.

c) Pirata fluvial de alto porte

A pirataria fluvial de alto porte constitui, na categorização proposta, a modalidade de maior capacidade operacional e de maior nível de especialização. Diferentemente das modalidades anteriores, os agentes inseridos nessa categoria apresentam atuação mais orientada por objetivos específicos e podem desempenhar funções determinadas dentro de operações vinculadas a estruturas criminosas mais amplas.

O material analisado indica a utilização de embarcações com elevada capacidade de carga e maior autonomia de navegação, podendo apresentar motores de alta potência, grande quantidade de combustível e adaptações destinadas à realização de deslocamentos prolongados. Essas características ampliam a capacidade de circulação por diferentes trechos das hidrovias amazônicas.

Também são descritos recursos tecnológicos empregados para ampliar a capacidade operacional e reduzir os riscos de interceptação, incluindo sistemas de comunicação, equipamentos de localização e, em determinados casos, recursos de monitoramento remoto. Essas características indicam um processo de especialização que ultrapassa a lógica de uma ação criminosa ocasional e se aproxima de uma atividade previamente organizada.

Nessa modalidade, a divisão de funções entre os integrantes constitui outro elemento de diferenciação. O material analisado descreve a presença de indivíduos responsáveis pela condução da embarcação, pela segurança da carga e por outras funções específicas relacionadas à operação. A especialização das funções permite maior coordenação das atividades e maior capacidade de resposta diante de situações de risco.

Os registros examinados também associam essa modalidade ao transporte de grandes carregamentos de entorpecentes, motivo pelos quais essa categoria algumas vezes se torna alvo de outros piratas. Nesse contexto, a embarcação e sua tripulação podem assumir função logística específica dentro de uma cadeia criminosa mais ampla, especialmente quando o deslocamento envolve longas distâncias e diferentes trechos das rotas utilizadas para o transporte de drogas.

Dolz *et al.* (2019) descrevem a utilização de diferentes tipos de embarcações para o transporte de entorpecentes e registram o emprego de estruturas adaptadas para fugir do ataque de outros piratas, das autoridades e amplia a capacidade de transporte e deslocamento. Esses elementos contribuem para compreender a dimensão logística assumida por determinadas operações desenvolvidas nas hidrovias.

Figura 2 - Embarcações típicas de Pirata Fluvial de Alto Porte



Fonte: Paiva; Rocha (2026)

A especialização observada nessa modalidade também pode envolver mecanismos de proteção da carga, estratégias de deslocamento e recursos destinados a dificultar a identificação ou a interceptação pelas forças de segurança. Entretanto, tais características devem ser interpretadas como elementos identificados nas fontes analisadas, não como atributos presentes necessariamente em todas as ocorrências classificadas como pirataria de alto porte.

A utilização de equipamentos de comunicação e monitoramento, embarcações de maior capacidade, múltiplos motores, elevada autonomia e divisão especializada de tarefas evidencia uma diferença qualitativa em relação às modalidades de baixo e médio porte. Assim, a principal característica analítica do alto porte é a combinação entre elevada capacidade logística,

especialização funcional, maior mobilidade territorial e possível articulação com estruturas organizadas de atividades ilícitas.

Síntese da categorização

A categorização apresentada permite visualizar a pirataria fluvial como um fenômeno heterogêneo, constituído por diferentes níveis de organização e capacidade operacional. A distinção entre baixo, médio e alto porte não estabelece uma hierarquia rígida entre indivíduos ou grupos, mas representa uma ferramenta analítica destinada a identificar diferenças nos modos de atuação.

No baixo porte, predominam a atuação local, o emprego de recursos limitados e o conhecimento específico das áreas próximas às comunidades. No médio porte, observa-se maior capacidade de deslocamento, planejamento e organização das ações. No alto porte, destacam-se a especialização funcional, a capacidade logística ampliada, o uso de recursos tecnológicos e a possibilidade de inserção em estruturas criminosas mais amplas.

Essa diferenciação é relevante porque demonstra que a pirataria fluvial contemporânea não pode ser compreendida como uma categoria homogênea. As modalidades apresentam diferentes formas de organização, recursos e finalidades, podendo estabelecer distintos níveis de relação com outras atividades ilícitas. A especialização identificada constitui, portanto, elemento fundamental para compreender a transformação da criminalidade fluvial no Amazonas e sua articulação com as dinâmicas territoriais e logísticas do crime organizado.

Rotas fluviais de drogas como elemento associado a dinâmica da pirataria

As dimensões territoriais do estado do Amazonas constituem um dos principais desafios para as instituições responsáveis pela segurança pública e pela fiscalização das atividades desenvolvidas em suas hidrovias. A extensa rede de rios, lagos, paranás, furos e igarapés estabelece conexões entre municípios, comunidades e áreas de fronteira, possibilitando intensa circulação de pessoas, mercadorias e produtos. Essas mesmas vias de circulação podem ser utilizadas para atividades de economias ilícitas, entre elas o tráfico de drogas, o que torna as hidrovias um componente relevante para a compreensão das dinâmicas criminais no território amazonense.

Galvis (2021, p. 151), ao analisar o potencial de produção de pasta base e cloridrato de cocaína na região do Pacífico colombiano, evidencia a importância da dimensão territorial e logística para a cadeia relacionada à produção e circulação de drogas. Essa perspectiva é

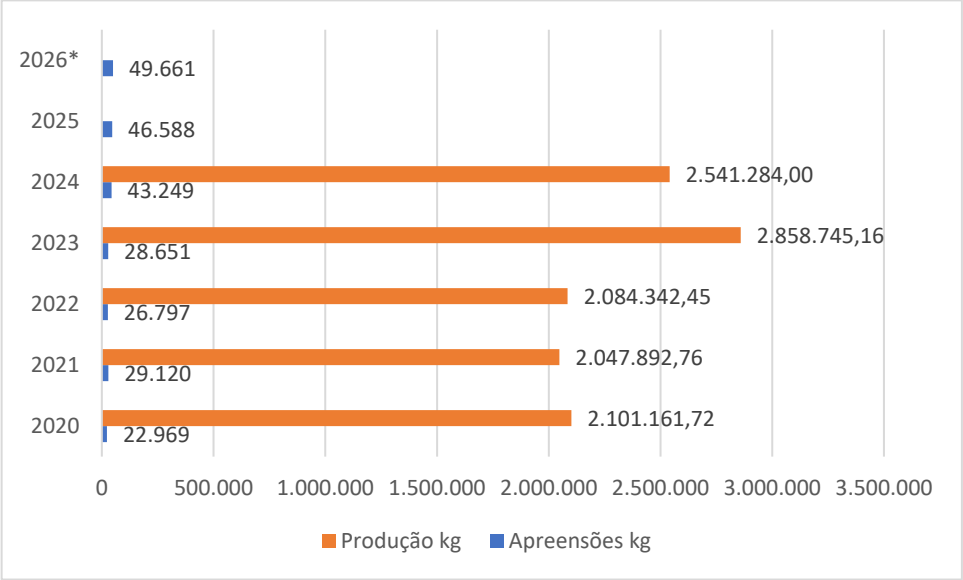
particularmente relevante para o Amazonas em razão de sua proximidade com áreas produtoras e de sua conexão hidroviária com países vizinhos.

No âmbito das políticas de segurança pública, o estado do Amazonas tem ampliado as ações de fiscalização e enfrentamento ao tráfico de drogas nas áreas fluviais. Os dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (SINESP), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), registram variações no volume de drogas apreendidas no período analisado. De igual modo neste estudo os relatórios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) apontam a potencial produção pela Colômbia e pelo Peru registrando somente das drogas cocaína e maconha para comparação e análise relacional.

Essa comparação, entretanto, apresenta limitações metodológicas importantes. Primeiro, a produção potencial dos dois países não corresponde necessariamente ao volume destinado ao Brasil ou, especificamente, ao Amazonas. Segundo, produção, circulação, comercialização e apreensão representam etapas distintas da cadeia das drogas e não podem ser tratadas como grandezas equivalentes. Terceiro, as apreensões correspondem apenas à parcela da atividade ilícita identificada pelas instituições responsáveis pela fiscalização.

Consequentemente, os percentuais obtidos na comparação do Gráfico 1 não devem ser interpretados como a proporção da produção colombiana e peruana que efetivamente ingressou no Amazonas e foi apreendida pelas autoridades. Trata-se apenas da relação matemática entre dois conjuntos de dados de natureza distinta: a estimativa de produção potencial nos países considerados e o volume de apreensões registrado no Amazonas. Seu principal valor analítico reside em evidenciar a diferença de escala entre a produção potencial regional e a quantidade de drogas identificada pelas instituições de segurança no território amazonense.

Gráfico 1 - Produção por Peru e Colômbia (2020-2024) e apreensões no Amazonas de drogas (2020-2026)



Fonte: Brasil (2026); dataUNODC (2026); Elaboração dos autores.
*Apreensões 2026: Dados de janeiro a agosto

Os dados apresentados no Gráfico 1 indicam variações no volume de apreensões registradas no estado do Amazonas ao longo do período de 2020 a parcialidade até agosto de 2026. Observa-se que enquanto a produção potencial indicada apresenta oscilações entre 2020 e 2024, as apreensões realizadas no Amazonas apresentam tendência geral de crescimento, especialmente a partir de 2023.

Tomando-se a produção potencial indicada nos relatórios da UNODC como referência comparativa, as apreensões realizadas no Amazonas corresponderam a aproximadamente 1,09% desse volume em 2020, 1,42% em 2021, 1,29% em 2022, 1,00% em 2023 e 1,70% em 2024. Essa relação não representa uma taxa de interceptação da produção, mas constitui um indicador comparativo entre a dimensão da oferta potencial nos países produtores e o volume de entorpecentes apreendido no Amazonas.

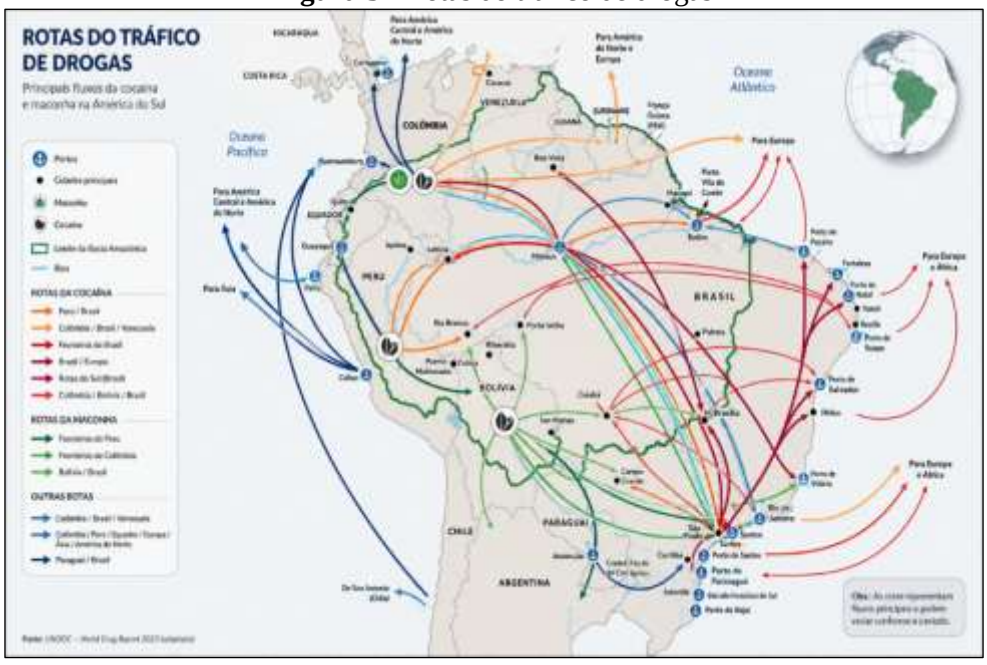
A elevação das apreensões no Amazonas, sobretudo a partir de 2023, não acompanha proporcionalmente as oscilações da produção potencial indicada pela UNODC. Esse comportamento sugere que a dinâmica das apreensões no território amazonense está relacionada não apenas ao volume produzido nos países de origem, mas também às características dos fluxos de transporte, das rotas utilizadas, da disponibilidade de entorpecentes para circulação na região e da atuação das forças de segurança. Mesmo que os números do ano de 2026 sejam parciais, o valor apresentado exerce uma certa proporcional sendo relativamente superior ao observado nos dois anos anteriores.

Esses registros demonstram a intensidade das apreensões realizadas pelas instituições de segurança pública, mas não permitem, isoladamente, determinar o volume efetivamente transportado pelas organizações criminosas ou concluir que as oscilações correspondam diretamente a mudanças nas rotas do tráfico. O volume apreendido resulta da interação entre a quantidade efetivamente transportada, a capacidade de detecção, as operações realizadas, os locais fiscalizados e outros fatores relacionados à atuação dos órgãos de segurança.

Dessa maneira, os dados do Gráfico 1 devem ser interpretados como indicadores da atividade de repressão e detecção do tráfico, e não como medida direta do fluxo de drogas nas hidrovias. A elevação das apreensões pode decorrer tanto de maior circulação de entorpecentes quanto de maior eficiência das operações de fiscalização, assim como a redução pode estar associada a menor circulação detectada, mudanças nos locais de fiscalização ou alterações nas estratégias de transporte.

Essa ressalva é importante para a análise da capacidade adaptativa das organizações criminosas. Embora a literatura especializada identifique mecanismos de adaptação das redes ilícitas diante das ações de repressão, a simples observação da série histórica de apreensões não permite demonstrar, por si só, uma reconfiguração das rotas. Para sustentar essa interpretação são necessárias evidências complementares, como informações de inteligência, registros de alteração dos itinerários, investigações policiais, apreensões georreferenciadas ou estudos que documentem mudanças na logística do tráfico.

Figura 3 - Rotas do tráfico de drogas



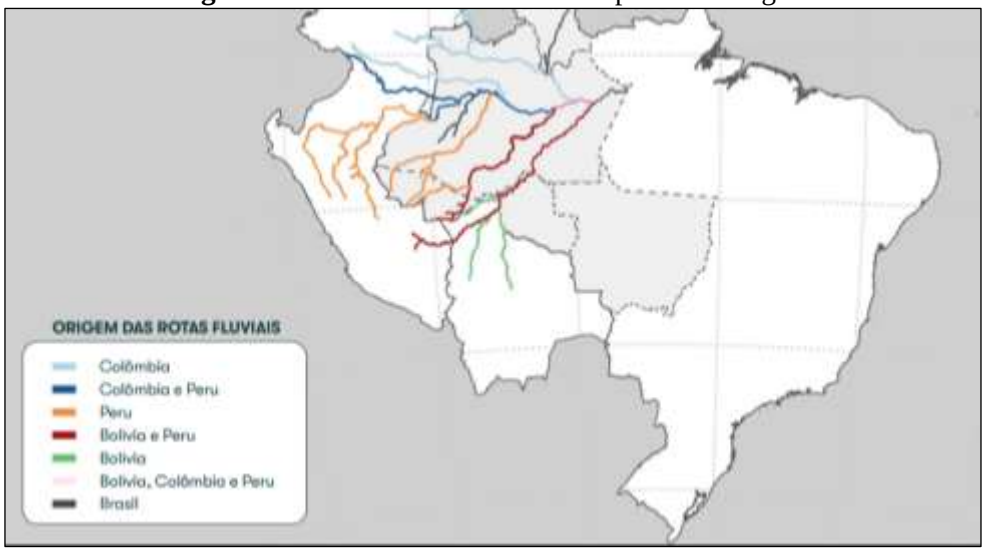
Fonte: UNODC (2023).

A Figura 3 permite contextualizar a dimensão regional das rotas relacionadas ao tráfico de drogas e sua conexão com diferentes áreas da Bacia Amazônica. No caso do Amazonas, a proximidade com Colômbia e Peru constitui elemento relevante para compreender a circulação de entorpecentes e a utilização das vias fluviais como parte da logística de transporte.

O relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2023) apresenta a existência de rotas de circulação de drogas na Bacia Amazônica, indicando a importância dos países amazônicos para a dinâmica regional do narcotráfico. Entretanto, a identificação de uma rota internacional não significa que todo o volume produzido nos países de origem tenha como destino o estado do Amazonas. As redes de circulação são multidirecionais e podem envolver diferentes países, cidades, mercados e modalidades de transporte.

Nesse sentido, a comparação entre a produção potencial de drogas nos países vizinhos e as apreensões registradas no Amazonas deve ser compreendida como uma aproximação contextual**,** e não como uma estimativa da proporção de drogas destinadas ao território amazonense.

Figura 4 - Rotas fluviais de tráfico e países de origem



Fonte: Pereira *et al.* (2025).

Pereira *et al.* (2025) identificaram dez rios do estado do Amazonas relacionados às rotas fluviais utilizadas para o transporte de drogas provenientes do Peru e da Colômbia (Figura 4). A identificação dessas vias reforça a importância da dimensão hidrográfica para a logística do narcotráfico na região e contribui para compreender os espaços nos quais podem ocorrer diferentes modalidades de atuação da criminalidade fluvial.

A existência de rotas utilizadas pelo tráfico também amplia a necessidade de analisar a pirataria em sua dimensão territorial. As hidrovias utilizadas para atividades lícitas de transporte e abastecimento podem ser simultaneamente apropriadas por redes ilícitas, produzindo sobreposição entre fluxos econômicos regulares e atividades criminosas. Essa condição aumenta a complexidade da fiscalização e exige estratégias capazes de distinguir diferentes padrões de circulação e de atuação.

Entre as vias hidrográficas identificadas na literatura, o Rio Solimões apresenta relevância estratégica por conectar áreas do Amazonas às regiões de fronteira com Peru e Colômbia e por integrar uma extensa rede de circulação regional. A literatura utilizada neste estudo também registra a ocorrência de práticas de pirataria nesse eixo hidroviário, tornando-o particularmente relevante para a análise da relação entre criminalidade fluvial e circulação de drogas.

Assim, em lugar de classificá-lo de forma absoluta como “a principal rota de drogas”, considera-se o Rio Solimões, neste estudo, como um dos eixos hidroviários de elevada relevância para a circulação de drogas e para a ocorrência de práticas de pirataria, conforme indicado pelas fontes analisadas. Essa formulação evita atribuir uma hierarquia absoluta entre as diferentes rotas sem a existência de um indicador comparativo uniforme de volume transportado, apreensões, fluxo estimado ou frequência de ocorrências.

Além do Solimões, a literatura consultada identifica outros rios relevantes para as atividades relacionadas ao tráfico e à criminalidade organizada, entre eles os rios Javari, Içá, Japurá, Juruá, Purus, Negro e Mamoré. A importância desses rios decorre não apenas de sua localização, mas também de sua integração à rede de circulação regional e de suas conexões com áreas de fronteira e centros urbanos.

Nesse contexto, a especialização da pirataria fluvial pode ser interpretada como parte de uma dinâmica territorial mais ampla, na qual diferentes agentes e grupos ocupam funções distintas nas redes ilícitas. Nem toda ocorrência de pirataria está necessariamente vinculada ao tráfico de drogas, mas a existência de corredores utilizados para o transporte de entorpecentes cria condições para a sobreposição de diferentes atividades criminosas e para o surgimento de funções especializadas.

A relação entre pirataria e narcotráfico deve, portanto, ser compreendida a partir da convergência das evidências documentais e bibliográficas analisadas. As fontes examinadas permitem identificar situações nas quais embarcações, rotas, recursos logísticos e agentes envolvidos na pirataria aparecem associados ao transporte ou à proteção de cargas ilícitas. Esses elementos sustentam a hipótese de articulação entre determinados segmentos da pirataria e

redes mais amplas do crime organizado, sem permitir generalizar essa relação para todas as ocorrências de pirataria fluvial no Amazonas.

A dimensão territorial torna-se, assim, fundamental para compreender a especialização do fenômeno. Quanto maior a importância logística de determinada via de circulação, maior tende a ser a necessidade de estratégias de controle, monitoramento e proteção das cargas por parte dos diferentes agentes envolvidos. Para a segurança pública, esse cenário exige não apenas o aumento das apreensões, mas também a produção de inteligência territorial capaz de identificar padrões de deslocamento, pontos de transbordo, áreas de ocultação e conexões entre diferentes modalidades de criminalidade.

A análise das rotas fluviais, portanto, complementa a categorização anteriormente apresentada. Enquanto a tipologia de baixo, médio e alto porte permite diferenciar os níveis de organização e capacidade operacional dos agentes, a análise das rotas evidencia o contexto territorial e logístico no qual essas práticas podem ocorrer**.** A articulação dessas duas dimensões contribui para compreender a especialização contemporânea da pirataria fluvial no Amazonas sem reduzir o fenômeno a uma única atividade criminosa ou a uma relação causal simplificada.

Considerações Finais

O presente artigo analisou a pirataria fluvial contemporânea no estado do Amazonas, buscando compreender seus processos de especialização, diferentes modalidades de atuação e possíveis articulações com as dinâmicas territoriais e criminais da região. A partir da categorização analítica em baixo, médio e alto porte, identificaram-se diferentes níveis de organização, capacidade operacional, recursos empregados e formas de atuação, evidenciando a heterogeneidade do fenômeno e a impossibilidade de compreendê-lo a partir de um único padrão de criminalidade.

Os resultados da análise bibliográfica e documental indicam que determinadas modalidades apresentam maior grau de organização e capacidade operacional que aquelas de atuação predominantemente local. A diferenciação entre as categorias propostas evidencia um processo de especialização associado à ampliação dos recursos empregados, à divisão de funções, à capacidade de deslocamento e, em determinados casos, à articulação com outras atividades ilícitas.

A análise evidenciou também a relevância das hidrovias para a dinâmica criminal amazônica. A extensa rede hidrográfica do Amazonas constitui elemento fundamental para a circulação de pessoas, mercadorias e produtos e pode ser utilizada por redes criminosas para o transporte de drogas e outras atividades ilícitas. Contudo, isso não significa que toda ocorrência

de pirataria esteja vinculada ao narcotráfico ou às organizações criminosas, devendo essas relações ser compreendidas conforme as evidências específicas de cada modalidade e situação analisada.

As fontes examinadas apontam a presença e a expansão de organizações criminosas em diferentes áreas da Amazônia, bem como sua participação em disputas por mercados, territórios e rotas de circulação de drogas. Embora esse processo seja relevante para compreender as transformações da criminalidade fluvial, os dados analisados não permitem estabelecer uma relação causal única entre a expansão das facções e todas as formas de especialização da pirataria.

Quanto às apreensões de drogas, os dados demonstram a intensidade das ações de fiscalização e repressão no Amazonas, mas não permitem, isoladamente, determinar o volume efetivamente transportado pelas redes criminosas ou comprovar alterações específicas nas rotas. Suas variações devem ser consideradas em conjunto com fatores como capacidade operacional das instituições, estratégias de fiscalização, áreas monitoradas e possíveis mudanças nas formas de transporte.

Da mesma forma, a comparação entre estimativas de produção de drogas nos países vizinhos e registros de apreensões no Amazonas deve ser interpretada com cautela. A diferença entre produção potencial e apreensão não representa a proporção da produção destinada ao Amazonas, pois produção, circulação, comercialização e apreensão correspondem a diferentes etapas da cadeia do tráfico. Ainda assim, a comparação contribui para dimensionar a assimetria entre a escala potencial da produção regional e a quantidade identificada pelas instituições de segurança no território amazonense.

Nesse contexto, o Rio Solimões e outras vias hidrográficas identificadas pela literatura apresentam relevância para a circulação regional e a logística de atividades ilícitas. Entretanto, a análise não permite estabelecer hierarquia absoluta entre essas rotas sem indicadores comparáveis de fluxo, volume transportado, apreensões ou frequência de ocorrências, reforçando a necessidade de pesquisas que articulem diferentes fontes para compreender com maior precisão a dinâmica espacial do tráfico e sua relação com a criminalidade fluvial.

A especialização da pirataria fluvial apresenta, ainda, implicações para as políticas de segurança pública. Seu enfrentamento requer estratégias compatíveis com a dimensão territorial do Amazonas, articulando inteligência, monitoramento das hidrovias, integração institucional e produção sistemática de informações sobre os diferentes padrões de atuação criminosa. A simples ampliação das ações repressivas não é suficiente para compreender um fenômeno caracterizado por diferentes níveis de organização e articulação territorial.

Diante disso, conclui-se que a pirataria fluvial contemporânea no Amazonas constitui fenômeno diversificado, cuja compreensão demanda a articulação entre criminalidade, território, circulação hidroviária e organização das atividades ilícitas. A categorização em baixo, médio e alto porte contribui como instrumento analítico para diferenciar modalidades de atuação e evidenciar processos de especialização identificados nas fontes examinadas.

Reconhece-se, contudo, que a predominância de fontes bibliográficas e documentais constitui limitação do estudo, especialmente para a compreensão das experiências dos agentes envolvidos, das populações ribeirinhas e das dinâmicas locais de ocorrência da pirataria. Pesquisas futuras poderão complementar esses resultados mediante investigação empírica de campo, entrevistas, análise espacial dos registros de ocorrências e utilização de bases de dados que permitam maior precisão na identificação das rotas, dos padrões de atuação e das relações entre pirataria e outras atividades criminosas.

Assim, o estudo contribui para ampliar a compreensão da pirataria fluvial no Amazonas ao deslocar sua análise de uma perspectiva exclusivamente episódica para uma abordagem que considera seus diferentes níveis de organização e sua inserção nas dinâmicas territoriais e logísticas da Amazônia.

Referências

BARBOSA, Leandro; AMÂNCIO, Adriana; LIMA, Isabel. Por Amazon Underworld. **A Amazônia sob ataque: mapeando o crime na maior floresta tropical do mundo**. Publicado em: 21 out. 2025. Disponível em: https://amazonunderworld.org/pt-br/a-amazonia-sob-ataque-mapeando-o-crime-na-maior-floresta-tropical-do-mundo. Acesso em: 22 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP**: dados nacionais de segurança pública: registros e apreensões. Brasília, DF: MJSP, 2026. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFlMmYzYTgwOTBlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 1 out. 2026.

DOLZ, Patrícia O. **El País**. 26 dias no submarino com cocaína que atravessou o Brasil. Internacional, 18 dez. 2019. Atualizado em: 24 dez. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/13/internacional/1576232797_250425.html. Acesso em: 1 out. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf. Acesso em: 30 set. 2026.

GALVIS, Maria Estefany Barrera. **Potencial de produção de pasta base e cloridrato de cocaína na região Pacífico da Colômbia 2010–2019**: um estudo a partir das plantações de coca. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: https://pos.uea.edu.br/data/area/dicente/download/177-11.pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU News**. Pesquisa: produção potencial de cocaína na Colômbia subiu 53% em 2023. Publicado em: 22 out. 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/10/1839521. Acesso em: 10 set. 2026.

PAIVA, Jucélio; ROCHA, Sabrina. **G1 – AM**. Polícia apreende 4,5 toneladas de skunk e armamento de guerra após troca de tiros no Amazonas. Publicado em: 8 set. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2026/09/08/policia-apreende-45-toneladas-de-skunk-e-armamento-de-guerra-apos-troca-de-tiros-no-amazonas.ghtml. Acesso em: 1 out. 2026.

PEREIRA, Leila; PUCCI, Rafael; SOARES, Rodrigo R. **Amazônia 2030**. Aterrizando na água: interdição aérea, tráfico de drogas e violência na Amazônia brasileira. 30 jan. 2025. Disponível em: https://amazonia2030.org.br/aterrizando-na-agua-interdicao-aerea-trafico-de-drogas-e-violencia-na-amazonia-brasileira/. Acesso em: 2 out. 2026.

PIMENTA, Leonardo; OLIVEIRA, Ana N. dos S. **O comando da flotilha do Amazonas no combate à pirataria fluvial para garantia da soberania dos rios da região amazônica**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) – Comando do 9º Distrito Naval, Manaus, 2019. Disponível em: https://deposita.ibict.br/handle/deposita/593. Acesso em: 1 out. 2026.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. A pirataria fluvial no Rio Solimões no Amazonas. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 12, n. 2, p. 570-592, 2023a. Disponível em: https://revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/2719/2106. Acesso em: 1 out. 2026.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Pirataria fluvial e a percepção espacial da violência: a geografia do medo no rio Solimões no Amazonas. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 8, p. 10132-10152, 2023b. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10812087. Acesso em: 1 out. 2026.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Do vigor das ausências à vulnerabilidade do território: o caso da pirataria no Rio Solimões no Amazonas. In: **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 11., 2024, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: PPGDR, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/23206/0. Acesso em: 1 out. 2026.

SOUZA, Leno José Barata. Piratas do rio: roubos, furtos e outros crimes a bordo e nas margens da "Região de Manaus". **Crítica Histórica**, ano XIX, n. 17, p. 154-176, 2018. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190428172819/http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/download/4510/pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **dataUNODC**: drug trafficking & cultivation. 2022. Disponível em: https://dataunodc.un.org/es/dp-drug-seizures. Acesso em: 1 out. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **The drugs-crime nexus in the Amazon Basin**. 2023. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/01/sc_en_the-drugs-crime-nexus-in-the-amazon-basin.pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

VAZ, Alcides Costa. Dinâmicas e tendências do crime organizado transnacional e do tráfico de drogas na América do Sul e ameaças decorrentes para a segurança nacional. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 14, n. 4, p. 7-20, 2019. Disponível em: https://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/download/3194/2564. Acesso em: 1 out. 2026.

AUTORES

José Nascimento
Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA (2024); Especialista em Segurança Pública pela Facuminas Faculdade (2022); Especialista em Planejamento Governamental e Orçamento Público pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA (2009); Graduado em Ciências Contábeis pela Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM (2007).
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3404-5066
E-mail: jivdn.msp24@uea.edu.br

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos
É doutor em Direito (Direito e Justiça) pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Geografia (Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza) pela Universidade Federal da Grande Dourados, mestre em Desenvolvimento Local (Sistemas Produtivos, Inovação, Governança) pela Universidade Católica Dom Bosco (2012), graduação em Geografia pela mesma universidade (2008) e em Direito pela Anhanguera-Uniderp (2018). É Professor na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tem experiência nas áreas de Direito e Geografia, com ênfase em Direito Ambiental, Geotecnologias, Meio Ambiente e Segurança Pública. É bolsista de Produtividade Acadêmica e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8567-8499
E-mail: bvasconcelos@uea.edu.br

Data de submissão: 03 de maio de 2026.
Aceito para publicação: 05 de outubro de 2026.
Data de publicação: 03 de novembro de 2026.